

Apenas 11% dos quintais da Zona Norte do Rio possuem árvores

Categories : [Notícias](#)

Aquelas casas com quintal e árvore, típica do subúrbio carioca nos anos 1970, ficaram no passado. Residências com o mínimo de área verde na Zona Norte do Rio de Janeiro passou a ser exceção. Pelo menos é o que indica um estudo feito pela pesquisadora da Coppe, Vera Ruffato, que mapeou as áreas verdes em residências no Rio de Janeiro.

Segundo Vera, apenas 11,40% das áreas dos quintais de residências do subúrbio da Zona Norte do Rio de Janeiro possuem árvores e 2,47% têm cobertura rasteira, como gramados. Cerca de 2,4 milhões de pessoas vivem na Zona Norte, que concentra 38% da população residente do município. São 203 mil km² divididos em 79 bairros.

A pesquisa [foi tema da tese de doutorado de Vera Ruffato](#), defendida recentemente no Programa de Planejamento Energético da Coppe. Trata-se do maior mapeamento de áreas verdes residenciais já realizado até o momento no país.

A [Praia da Bandeira](#), na Ilha do Governador, é o que apresenta maior porcentagem de residências com árvores no quintal: 20,71%. Já o bairro de Manguinhos, onde está localizado um dos espaços verdes mais importantes da cidade, o campus da Fiocruz, aparece como pior aluno no ranking de residências com árvores no quintal: apenas 0,66% de cobertura verde ([veja tabela na íntegra](#)).

A ausência de cobertura verde é um grande problema nas cidades e se apresenta normalmente no fenômeno chamado ilha de calor: local onde a temperatura média é mais elevada do que no restante da cidade devido a concentração de asfalto e concreto. “(A Zona Norte) é também uma das regiões com pior qualidade do ar. Além disso a falta de parques e praças está relacionado a falta de áreas de lazer ao ar livre para a população dessa área”, afirma Vera, em entrevista ao ((o))eco.

Mudanças vindas da Prefeitura

No começo de 2017, dois decretos baixados pela Prefeitura deram o primeiro passo no sentido de aumentar a cobertura verde na cidade. Os decretos são inspirados nas sugestões feitas por Vera na sua tese, defendida em setembro de 2016. O primeiro estipulou o prazo de 180 dias para que a Secretaria de Conservação e Meio Ambiente apresente plano para criação de dois viveiros municipais de mudas em Campo Grande e Guaratiba, visando a ampliar a área arborizada da cidade em 300 hectares até o final de 2019, com ênfase no subúrbio da Zona Norte do Rio. Já o segundo decreto estipula um prazo de 120 dias para que a Secretaria Municipal de Conservação e

Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Fazenda apresentem um plano para instituir o IPTU Verde na Cidade do Rio de Janeiro, que deverá ter, entre outras medidas, sistemas de aquecimento solar e captação de águas da chuva para reaproveitamento.

Perguntada se os decretos são suficientes para a mudança no quadro, a pesquisadora afirmou que não, mas são um início. “Há anos o poder público ignora essa área”.

“Deve-se repensar a infraestrutura verde da cidade. Identificar e conhecer o que ainda temos e ampliar essas áreas. Como a cidade já é muito adensada e falta espaço para a construção de grandes parques, deve-se aproveitar o que já se tem, tanto em áreas públicas como privadas, como é o caso dos quintais. Em relação às áreas públicas deve-se repensar o uso das praças e parques existentes, ampliando suas áreas verdes (que vêm sendo substituídas por outras estruturas como unidades de saúde). Outra medida de grande importância é o plantio de árvores nas calçadas, que é quase inexistente no subúrbio”, explica.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/areas-protegidas-urbanas-melhoram-a-vida-e-aproximam-brasileiros-da-natureza/>

<http://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/27184-matas-do-rio/>

<http://www.oeco.com.br/raul-bueno/26802-xerem-estudo-de-1996-anteve-com-precisao-locais-de-enchente>